TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Volta do Senado com acordo entre governo e Alcolumbre isola PL

O Senado retoma seus trabalhos nesta semana sob o marco de um grande acordo entre o governo e o centrão para reeleger Davi Alcolumbre (União-AP) como presidente da Casa na próxima legislatura.

Ainda estão sendo acertados os últimos pontos desse acordo, mas ele deve isolar a oposição liderada pelos bolsonaristas, blindar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) contra impeachments e empossar o novo ministro da Corte.

A dúvida sobre o futuro ministro do STF está entre Rodrigo Pacheco, atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) apadrinhado por Alcolumbre, e o preferido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o advogado-geral da União, Jorge Messias. A disputa entre os dois pelo STF causou longa queda-de-braço só pacificada pelo risco de Lula e Alcolumbre serem derrotados na tentativa de se manterem no comando do Senado e do Palácio do Planalto. Mas agora eles se acertaram.

Está definido que Lula apoiará a reeleição de Alcolumbre, desbancando o coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho (PL-RN), que o PL trabalhava para presidir o Senado na expectativa de vitória nas eleições presidenciais. Com Flávio derrotado, acabaram as chances de Marinho.

Alcolumbre já começa a pagar o cumprimento do acordo. Ele pautou para esta terça-feira, 03, a votação da PEC da Segurança, que reorganiza o sistema de segurança pública, estabelece novas competências entre o governo federal e os entes da federação responsáveis pelo setor. O texto prevê mais recursos para a área, com a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição.

O presidente Lula considera a aprovação absolutamente prioritária para que possa criar, ainda neste governo, o Ministério da Segurança. O nome do futuro ministro (ou ministra!) está sendo guardado a sete chaves no Palácio do Planalto.

O acordo com Alcolumbre prevê ainda a aprovação do Orçamento de 2027 e das medidas provisórias das bets e do novo Desenrola, além de um pacote fiscal que ainda está em elaboração pelo governo.

A nova composição do Senado e a reeleição de Lula favoreceram a montagem do acordo. Os partidos eleitos se dividiram entre os 32 senadores da extrema direita (PL + Novo) e os 16 da esquerda (PT + PSB + PDT + Rede), mais e 12 do chamado centro democrático (MDB + PSD). Nesse quadro, se tornaram decisivos os 21 integrantes do centrão (PP + União + Republicanos + Podemos + PSDB) mais o senador Romário (sem partido).

Ao anunciar apoio à reeleição de Alcolumbre o centrão na prática deixou o grupo de extrema direita isolado, pois o atual presidente do Senado já estava fechado com o Palácio do Planalto, assim como o chamado centro democrático. Esse bloco de partidos que estarão ligados ao governo na próxima legislatura, por obra e graça da articulação de Alcolumbre, abrigará 49 senadores. Representa três quintos da composição da Casa, o suficiente para aprovar emendas constitucionais.

O impeachment de ministros do STF, por sua vez, é pautado exclusivamente pelo presidente do Senado. E Alcolumbre é aliado de primeira hora do grupo de Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Portanto, blindará ambos.

SÔNIA PAES

Jornalista e editora do Correio Sul Fluminense

O crime não pode virar poder paralelo

O Brasil enfrenta um desafio que ultrapassa os limites da segurança pública. O crescimento do crime organizado e sua capacidade de controlar territórios, impor regras, intimidar moradores e interferir na economia representam uma ameaça direta à autoridade do Estado e ao funcionamento das instituições. Quando criminosos passam a determinar quem pode circular, trabalhar, abrir um estabelecimento ou permanecer em determinada comunidade, não estamos mais diante apenas de um problema policial. Estamos diante de uma disputa pelo poder.

A situação é particularmente preocupante porque esse domínio não se estabelece somente pela violência armada. As organizações criminosas desenvolvem estruturas de influência, ampliam suas fontes de financiamento, infiltram-se em atividades econômicas e constroem redes de intimidação que alcançam moradores, comerciantes e até agentes públicos. Em determinadas localidades, a população passa a conviver com regras impostas por criminosos, como se a autoridade constituída tivesse deixado de existir.

Esse cenário representa uma inversão inaceitável da ordem democrática. O cidadão paga impostos, cumpre leis e espera do poder público a garantia de seus direitos fundamentais. Não pode, portanto, ser obrigado a pedir autorização a uma organização criminosa para exercer sua liberdade de ir e vir. Tampouco pode aceitar que o funcionamento de uma escola, de um comércio ou de um serviço público dependa da conveniência de grupos armados.

O mais grave é que o avanço dessas organizações não acontece no vazio. Ele encontra espaço onde faltam presença permanente do Estado, políticas públicas consistentes, investigação eficiente e capacidade de resposta das instituições. A ausência de serviços essenciais e a precariedade das oportunidades sociais contribuem para ambientes de vulnerabilidade que podem ser explorados pelo crime. Mas é preciso deixar claro: nenhuma desigualdade social justifica a imposição de um regime de violência, extorsão e medo.

A segurança pública precisa ser tratada como uma responsabilidade central do Estado, e não como uma pauta secundária, acionada apenas quando uma crise ganha repercussão. Operações policiais são necessárias, mas não podem ser confundidas com uma política de segurança. Entrar em uma comunidade, prender suspeitos e apreender armas é importante. Entretanto, se as instituições deixam de atuar de forma permanente depois da operação, o espaço pode voltar a ser ocupado pelas mesmas organizações.

EDITORIAL

A indústria brasileira diante da ofensiva chinesa

A indústria brasileira enfrenta um dos maiores desafios de sua história recente. A expansão das empresas chinesas no mercado nacional, com produtos cada vez mais competitivos em preço, tecnologia e escala de produção, está alterando a dinâmica de diversos setores da economia. O movimento, que se apresenta ao consumidor como uma ampliação das opções de compra, representa também um alerta para o futuro da produção nacional, dos empregos industriais e da capacidade do Brasil de competir no mercado internacional.

Não se trata de questionar a presença de empresas estrangeiras ou de defender um mercado fechado à concorrência. A abertura comercial, os investimentos internacionais e a modernização tecnológica são importantes para qualquer economia que pretenda crescer. O problema começa quando a competição ocorre em condições profundamente desiguais, colocando empresas brasileiras diante de concorrentes que operam com escalas gigantescas, cadeias produtivas integradas, apoio estatal e estratégias agressivas de conquista de mercado.

A China deixou de ser apenas uma grande fornecedora mundial de produtos de baixo custo. Nas últimas décadas, construiu uma estrutura industrial capaz de disputar a liderança em setores estratégicos, como automóveis, baterias, equipamentos eletrônicos, máquinas, painéis solares e tecnologia. Seu avanço não é improvisado: resulta de planejamento de longo prazo, investimentos em pesquisa, infraestrutura, logística e políticas industriais voltadas à conquista de mercados.

Enquanto isso, o Brasil ainda convive com problemas históricos que reduzem sua competitividade. Carga tributária elevada, juros altos, burocracia, infraestrutura deficiente, insegurança jurídica e custos trabalhistas e logísticos pesam sobre quem produz. A indústria nacional precisa enfrentar a concorrência internacional carregando uma estrutura de custos que, muitas vezes, a coloca em desvantagem antes mesmo de seus produtos chegarem às prateleiras.

O resultado é uma equação preocupante: o consumidor pode encontrar produtos mais baratos no curto prazo, mas o país corre o risco de perder capacidade produtiva, empregos qualificados, tecnologia e investimentos. A dependência crescente de produtos industrializados importados também pode comprometer a autonomia econômica brasileira em setores essenciais.

O setor automotivo é um exemplo emblemático dessa transformação. As montadoras chinesas ampliaram sua presença no Brasil, especialmente no segmento de veículos elétricos e híbridos, pressionando fabricantes tradicionais a rever estratégias, preços e investimentos. A chegada de novas marcas pode estimular a concorrência e acelerar a modernização do mercado, mas também impõe uma questão fundamental: quanto da tecnologia, da engenharia e da produção permanecerá no país?

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal